



“ROMPENDO O SILÊNCIO”: VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO

João Diogenes Ferreira dos Santos

A violência contra a população infanto-juvenil, que se torna visível na sociedade Brasileira, devido às denúncias, via mídia e ações governamentais e não governamentais, pode-se afirmar que se configura na conjugação da desigualdade econômica, acentuada nos últimos anos, com uma cultura política, erigida ao longo da formação histórica do país que persiste em projetar seus traços no presente, delineia um processo de negação quase permanente dos direitos, ensejando, assim, um grupo social de “vulneráveis”, ou “descartáveis” que, segundo as análises de Loic Wacquant (2001), estão condenados a uma “vida de riscos”. Essas crianças e esses adolescentes experimentam em seu cotidiano várias formas e manifestações de violência.

Em meio a essa situação trágica, encontram-se crianças e adolescentes que convivem com o descaso, a negligência, o espancamento, a tortura, as agressões físicas e psicológicas, e o abuso sexual. Tal realidade é tecida no espaço doméstico, no ambiente familiar, em seus diversos arranjos. São crianças e adolescentes, na sua grande maioria, do sexo feminino, que encaram cotidianamente a violência sexual.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar alguns aspectos da violência sexual, ocorrida no interior do relacionamento interfamiliar, no local da intimidade, portanto, do silêncio. Por meio de dados do Programa Sentinela¹ e entrevistas com profissionais, que atendem no referido Programa², e conselheiros tutelares do município de Vitória da Conquista –BA.

As ações do Programa Sentinela, associadas ao atendimento do Conselho Tutelar, trouxeram à tona as diversas formas e manifestações de violência contra crianças e adolescentes, que estavam submersas no cotidiano da cidade. Por isso, optamos por examinar os atendimentos registrados no Livro de Ocorrências do Programa, durante o período de novembro de 2001 a setembro de 2004.

¹ O Programa Sentinela, criado em 2001, durante segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1999-2003), sob a coordenação da então Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS – do Ministério da Previdência e Ação Social - MPAS, é uma ação do governo federal, que tem como objetivo o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes, vítimas da violência sexual. Esse Programa foi adotado pelo município de Vitória da Conquista, mediante parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS, em novembro de 2001.

² Em 2009, o Programa Sentinela foi extinto no município de Vitória da Conquista, pois a prefeitura, atendendo os parâmetros do Sistema Único de Assistência Social –SUAS, implantou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social –CREAS, que passou atender as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, além das outras situações pertinentes à proteção especializada, conforme preconiza as diretrizes estabelecidas por esse Programa Nacional, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social –SNAS.



Por meio dessas observações, desenvolvemos tabelas que possibilitaram uma aproximação a alguns aspectos do tema em questão.

Naquele período, foram atendidas 627 crianças e adolescentes, sendo 388 do sexo feminino, que correspondem a 61,88% do total, e 239 do sexo masculino (38,12%). Verificou-se, ainda, a ocorrência por faixa etária: 399 casos eram de crianças entre zero e 11 anos, (63,64% do total); e 228 de adolescentes entre 12 e 18 anos, (36,36%). E no atendimento às crianças e adolescentes, constataram-se os seguintes tipos de violência: 196 casos de abuso sexual (31,26% do total), 43 de exploração sexual (6,86%), 43 de violência psicológica (6,86%), 117 de casos de negligência (18,66%) e 228 de agressão física (36,36%), conforme ilustram as tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 – atendimentos de Crianças e Adolescentes no Programa Sentinela, por sexo.

Município de Vitória da Conquista.

Novembro 2001 - setembro de 2004.

Sexo	Números Absolutos	%
Feminino	388	61,88
Masculino	239	38,12
Total	627	100,00

Fonte: Programa Sentinela/PMVC. Elaborada pelo pesquisador

Tabela 2 — atendimentos de crianças e adolescentes no Programa Sentinela, por faixa etária.

Município de Vitória da Conquista.

Novembro de 2001 - outubro de 2004.

Sexo	Números Absolutos	%
Feminino	388	61,88
Masculino	239	38,12
Total	627	100,00

Fonte: Programa Sentinela/PMVC. Elaborada pelo pesquisador

Tabela 3 — atendimentos de crianças e adolescentes no Programa Sentinela, por tipo de violência.

Município de Vitória da Conquista.

Novembro de 2001 - outubro de 2004.

Tipo de Violência	Números Absolutos	%
Abuso Sexual	196	31,26



Exploração Sexual	43	6,86
Violência Psicológica	43	6,86
Negligência	117	18,66
Agressão Física	228	36,36
Total	627	100,00

Fonte: Programa Sentinela/PMVC. Elaborada pelo pesquisador

Em geral, os dados apresentados permitem revelar o perfil das vítimas e as características da violência praticada contra as crianças e os adolescentes. Como se observa, o maior número de atendidos no Programa Sentinela, naquele período, eram crianças do sexo feminino. Parece que esse número está relacionado com a incidência dos tipos de violência, uma vez que a agressão física e o abuso sexual somam 424 casos registrados, que correspondem a 67,62% do total. Esta situação é similar às constatações feitas por Helena Silva e Jailson Silva (2005), por meio da análise dos números de atendimentos realizados pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – Abrapia³, na cidade do Rio de Janeiro. Os autores observaram que as crianças do sexo feminino são as principais vítimas do abuso sexual e da agressão física no espaço doméstico.

Diante do exposto, faz-se necessário aqui conceituar abuso sexual. Para tanto, recorre-se ao estudo realizado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – Cecria⁴. As pesquisadoras Eva Faleiros e Josete Campos (1999, p.11-17)⁵ sublinham que o abuso sexual, trata-se de uma violência no interior dos relacionamentos intrafamiliares e extrafamiliares e pode ser incestuoso, quando o violentador é integrante da família (pai, mãe, avós, tios, irmãos, padrasto, madrasta, cunhados)⁶, e não-incestuoso, quando pessoas conhecidas das crianças e dos adolescentes cometem a violação sexual.

Nesta relação, há distintos graus de intimidade, podendo ocorrer com amigos, vizinhos, religiosos, comerciantes do bairro, profissionais, professores, etc. Também pessoas pedófilas podem provocar esse tipo de violência, sozinhas, em dupla ou em redes (como a Internet), utilizando a

³ Abrapia é uma organização não-governamental, sediada na cidade do Rio de Janeiro, que tem como objetivo a defesa e a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os resultados da pesquisa acima mencionada estão disponíveis no *site* www.abrapia.org.br. Acessado em 10 de outubro de 2006.

⁴ O Cecria é uma organização não-governamental que elabora e coordena projetos de pesquisa regionais e nacionais, sediada em Brasília.

⁵ Pesquisa disponível no *site*: <http://www.cecria.org.br/pub/pub.htm>. Acesso em 2 de novembro de 2004.

⁶ Cabe ressaltar que a família não é apenas a consanguínea, mas existem famílias adotivas e substitutas.



sedução, o convencimento e se apresentando como “amigos” das vítimas (FALEIROS e CAMPOS, 1999).

As referidas autoras destacam as seguintes características do abuso sexual:

- a expressão de fantasias, desejos e pulsões incontroláveis e compulsivas do violentador, que impõe seus desejos à vítima;
- a atuação de impulso sexual, envolvendo crianças e adolescentes;
- exigem a participação de pessoas, em desenvolvimento [crianças e adolescentes], sem [ou com] seu consentimento;
- provocam danos físicos, psicológicos e sociais às vítimas, com graves seqüelas por toda a vida;
- ocorrem num contexto de dominação, no qual o violentado encontra-se subjugado ao violentador, sem condições de opor-se;
- acarretam complicações legais (FALEIROS e CAMPOS, 1999, p.12).

Nessa linha, a psicóloga do Programa Sentinela, do município de Vitória da Conquista, apresenta a visão conceitual sobre abuso sexual que os técnicos do Programa adotam no seu trabalho:

No abuso sexual pode acontecer a relação sexual, a conjunção carnal, mas também pode ser um toque, uma manipulação do órgão sexual, beijos na boca, um sentar no colo, etc. É claro que não quero afirmar que nenhum homem não possa colocar uma criança ou um adolescente no colo, não é isso. Mas o que é avaliado é a intenção dele ao colocar essa criança ou esse adolescente no colo (...). O abuso é qualquer toque que estimule a libido. Quando há a relação sexual, a conjunção carnal, configura-se como estupro. Portanto, o estupro, a relação sexual concretizada, e a não existência da conjunção carnal estão inseridos na categoria abuso sexual. Dessa maneira, o Programa Sentinela caracteriza os dois como abuso sexual.⁷

Um outro ponto observado nos dados extraídos do Livro de Ocorrências do Programa Sentinela, equiparável às constatações das referidas autoras, é a identificação do agressor. Os parentes das vítimas, pai e outros familiares (padrasto, primo, irmão, tio, e avô), são perpetradores da violência sexual.

Como é possível observar na evidência empírica, a maioria dos casos constatados aconteceu no espaço doméstico, tornando-se este espaço um terreno insustentável para condição da infância e da adolescência. Por outro lado, não se pode considerar os familiares os únicos responsáveis por essa situação de violência.

De acordo com a coordenação do Programa Sentinela, a moradia de boa parte das crianças e dos adolescentes atendidos pelo Programa é precária, geralmente, com apenas um cômodo para alojar uma família extensa. Esse espaço não se configura como casa, mas como abrigo, onde vivem pessoas amontoadas, sem nenhuma privacidade.⁸

⁷ Entrevista cedida em 10 de janeiro de 2005, na Sede do Programa Sentinela, do Município de Vitória da Conquista.

⁸ Esse dado baseia-se na informação da coordenadora do Programa Sentinela da cidade de Vitória da Conquista, através da entrevista realizada em 10/01/2005. Nessa entrevista, a coordenadora apresentou uma radiografia da situação da infância e da adolescência no município, oferecendo uma imagem da situação econômica das famílias dos atendidos.



Tal moradia, em geral, está localizada nos bairros, que apresentam um traçado precário e sem planejamento urbano, onde as casas se aglomeram e falta infra-estrutura (água encanada, pavimentação, saneamento básico e iluminação pública). Em alguns casos, há escassez de equipamentos públicos (escolas, hospitais, praças, quadras poliesportivas, etc.).

Segundo o recenseamento do IBGE, em 2000, a população urbana de Vitória da Conquista é de 225.545 habitantes – correspondendo a 86% do total da população do município –, com 63.552 domicílios, distribuídos em 25 bairros⁹, regulamentados pela Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, e 14 ocupações em áreas impróprias (nas encostas, nas proximidades de rodovias, ou em locais suscetíveis às enchentes), que, até o momento da pesquisa, não haviam sido reconhecidas ou remanejadas pela prefeitura (ALVES e LEMOS, 2002).

De acordo com o Projeto Municipal Habitar Brasil, baseando-se em dados do recenseamento do IBGE em 2000, o município de Vitória da Conquista possui 35% das vias urbanas pavimentadas e 80% com iluminação. Com relação ao saneamento básico, 12.836 domicílios não possuem abastecimento de água, ou seja, 20% do total de domicílios do município; 41.432 domicílios (65%) não têm esgotamento sanitário adequado e 11.051 não têm coleta de lixo, o que corresponde a 17,3% do total (Idem).

São 18.783 domicílios (30% do total) com infra-estrutura inadequada, com “carências de serviços públicos e adensamento excessivo”, localizados em bairros periféricos ou empobrecidos, como: Bruno Bacelar, Nossa Senhora Aparecida, Pedrinhas, Bela Vista, Santa Cruz, Coveima, Henriqueta Prates, Patagônia, entre outros. Trata-se, muitas vezes, de “barracos de papelão cobertos com lona e sem as mínimas condições de higiene, domicílios improvisados, moradias precárias e de apenas um cômodo para abrigar famílias que, geralmente, são numerosas” (Projeto Municipal Habitar Brasil, 2001).

Parece que nesses bairros existe um número significativo de moradores desempregados e/ou exercendo atividades com péssimas condições de trabalho e com salários insuficientes para manter a si e aos familiares. Na vida diária dessas pessoas trava-se uma luta constante pela sobrevivência em meio às situações de pobreza, desemprego e miséria, que configuram um quadro de vulnerabilidade em que as elas se tornam vítimas e reprodutoras da violência.

⁹ Os 25 bairros existentes na cidade de Vitória da Conquista são os seguintes: Airton Senna, Alto Maron, Bateias, Boa Vista, Brasil, Campinhos, Candeias, Centro, Cruzeiro, Distrito Industrial, Espírito Santo, Felícia, Guarani, Henriqueta Prates, Ibirapuera, Jatobá, Jurema, Lagoa das Flores, Nossa Senhora da Aparecida, Patagônia, Primavera, Recreio, São Pedro, Universidade e Zabelê.



É neste universo, urdido pelas diversas “relações e situações que se cruzam e interagem no local”, que as pessoas despendem todas as forças para sobreviver na adversidade, que, segundo Telles, transitam nos limiares “entre o lícito e ilícito, o legal e ilegal, entre o formal e informal, [e tentam escapar] da dura partida entre a ‘morte matada’ e a desfiguração da vida para aqueles que viram ‘pobres-de-tudo’, [passando] a depender da ajuda de uns e outros, e que se transfiguraram em público-alvo dos programas sociais ditos de inserção, os quais, nas palavras de Francisco de Oliveira, não são mais do que a administração da exceção” (TELLES, 2006, p. 24).

Cardia (et.al., 2003, p. 60-62), ao analisar a violência na região metropolitana de São Paulo, com foco no homicídio de jovens entre 16 e 24 anos, do sexo masculino, ressalta que “as graves violações dos direitos humanos”, sobrepostas a uma realidade de múltiplas carências econômico-sociais, constituem “terreno fértil para que a violência prospere”. Nessa perspectiva, a autora não estabelece uma relação casual entre pobreza, violência e delinquência, rechaçando as teses que transformaram pobre em sinônimo de delinquente, ou marginal. No entanto, observa que os habitantes das áreas de maiores carências, no caso, “os bairros e distritos censitários da região metropolitana de São Paulo”, com seus direitos violados, são grupos sociais potencialmente “mais expostos, mais vulneráveis e em situação de risco de serem vítimas potenciais de ocorrências fatais”, ou seja, dos homicídios.¹⁰

Nesse sentido, Zaluar (2004, p.31), baseada em década de pesquisa sobre o recrutamento de jovens para o crime organizado no Rio de Janeiro, salienta que a desigualdade econômica não deve ser a única explicação para o recrutamento de jovens pobres para a criminalidade e para o “crime-negócio”. De acordo com a autora, o cientista social deve ficar atento ao associar, de forma linear, pobreza a violência, pois

afirmar a associação entre pobreza e criminalidade, entre pobreza e violência, leva a um claro viés que reforça a discriminação contra os pobres, tanto nas instituições encarregadas de reprimir o comportamento considerado criminoso, quanto no imaginário da população em geral (ZALUAR, 2004, p. 257).

Tanto para Vera Telles (2006) e Nancy Cardia (et.al., 2003), quanto para Alba Zaluar (2004), a miséria e a pobreza não se configuram como as únicas causas da violência. São inúmeras as variáveis explicativas (institucionais, políticas, culturais e subjetivas) deste fenômeno, que atinge, cada vez mais, a sociedade.

Além disso, as referidas autoras rechaçam qualquer teoria que considere a pobreza como a única explicação da violência, da criminalidade e do crime organizado. No entanto, reiteram que as

¹⁰ O referido texto resulta das atividades de pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo-NEV-USP.



pessoas pertencentes às classes de baixo poder aquisitivo estão mais propensas ao fenômeno da violência, por viverem em condições precárias e deploráveis e terem seus direitos violados constantemente.

As formulações de Cardia e Zaluar aproximam-se, em certa medida, das reflexões de Roure (1996, p.78), ao estudar as variadas formas de violência perpetradas contra crianças e adolescentes:

[...] este tipo de violência [doméstica] encontra-se de forma transversal em todas as classes sociais, não respeitando sexo, credo, idade e cor. Pais estupram e mantêm relações sexuais com suas filhas [e seus filhos] sem que a mulher / mãe reaja, pois seu parceiro se constitui chefe da casa. Filhos [e filhas] são espancados, torturados, tendo em vista a prática de uma educação autoritária/violenta que deverá desde cedo transmitir regras, valores e comportamentos de submissão aceitos em nossa sociedade.[...]. E neste círculo vicioso as pessoas vão se matando, destruindo relações fundamentais para a construção do homem enquanto ser digno, cujo bem maior é o direito à vida.

É consenso que a violência no espaço doméstico e as demais formas de violência estão relacionadas com as conseqüências econômicas. No entanto, vincular a violência apenas ao caráter econômico, não considerando os aspectos culturais e ideológicos, revela-se insuficiente para entender este fenômeno. Segundo Roure (1996, p.77), crianças e adolescentes expostos à violência doméstica “pertencem tanto às famílias de baixa renda como as de camadas médias e ricas, indiscriminadamente.”

Todavia, a sociedade brasileira dispensa um tratamento diferente, dependendo da classe social a que pertença a população infanto-juvenil. Assim, crianças e adolescentes das classes média e alta se deparam com uma realidade, em que, provavelmente, poderão exercer a condição de serem crianças e adolescentes, mesmo não desconsiderando que possam vivenciar experiências de violência. Já as crianças e adolescentes da população de baixo poder aquisitivo convivem, cotidianamente, com a negação da infância e da adolescência, ou seja, não são encaradas como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e detentoras de direitos.

As desigualdades sociais, amalgamadas, no sentido empregado por Chauí, ao “autoritarismo social”, moldam uma sociabilidade em que as pessoas tendem a produzir variadas formas e manifestações de violência, as mesmas que as vitimizam. Dentro dessas circunstâncias históricas, os sujeitos empregam em suas relações interfamiliares e interpessoais, no espaço do trabalho e no ambiente da rua, a linguagem da agressão e da força.

Neste raciocínio, a sociedade brasileira é autoritária, pois possui traços socioculturais, urdidos historicamente, que [...] *se repetem em toda as esferas da vida social, da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola e pela cultura* (CHAUÍ, 1998, p.11).



Portanto, na trilha desta chave interpretativa, sublinha-se que a família absorve e retroalimenta as relações de mando-obediência e a estrutura hierárquica presentes nos diversos contextos sociais. No universo doméstico e íntimo, manifesta-se o autoritarismo do “pátrio poder”, a ideologia “machista” e a de idade, as concepções educativas, baseadas em castigos físicos, configurando-se em um convívio familiar que pode ser marcado pelas práticas de violência. Como se pode atestar pelo relato da coordenação do Programa Sentinela, que ao tentar explicar as causas da violência doméstica em Vitória da Conquista, sublinha:

[...] a gente percebe nos atendimentos do Programa que o alto índice de violência doméstica está relacionada também com a cultura [...]. O pai e a mãe sentem-se donos dos seus filhos e podem se dispor deles da forma que acharem convenientes. Então, tanto a violência física quanto a violência sexual no espaço doméstico são originários desse exercício de poder. Os pais nos afirmam: “é meu filho e eu posso fazer dele o que quiser” [...]. Na visão de alguns pais, eles têm direito de iniciar a vida sexual das filhas. Alguns agressores se sentem dono das filhas e querem ser o primeiro. Muitos acham que sendo o pai a iniciar o cuidado será maior. Eles encaram esta violência até como uma forma de cuidado [...]. Já a agressão física, muitas vezes, acontece dentro desta visão de achar que a criança pode ser espancada quando não obedece ao adulto (Coordenadora do Programa Sentinela de Vitória da Conquista).¹¹

Este relato nos leva a pensar que essas pessoas, cujas vivências estão marcadas pelas péssimas e deploráveis condições de sobrevivência, esquecidas por um Estado omissivo ou ausente e, muitas vezes, violento, urdem uma sociabilidade em que a violência se torna naturalizada e banalizada. Em meio a essa realidade, as crianças e os adolescentes tendem a ser vítimas potenciais da violência doméstica, pois a junção de um contexto de extrema desigualdade com o esvaziamento da dimensão pública enseja um “círculo vicioso de violência” (ROURE, 1996) que menospreza as práticas de negociação e diálogo.

Os dados empíricos, extraídos do Livro de Ocorrência do Programa Sentinela, apontam para aquilo que se caracteriza como uma realidade insustentável à condição humana, principalmente para o momento vital dessa humanização, que são a infância e a adolescência. As crianças e adolescentes do sexo feminino, que trazem gravados nos seus corpos e na memória as marcas da violência sexual, somadas ao espancamento, à humilhação, à tortura, à agressão psicológica, entre outras mazelas e às condições deploráveis, revelam uma vivência de dor, de violência, de medo, explicitando, conforme José de Souza Martins (1993), uma “infância roubada”.

Referências Bibliográficas

¹¹ Entrevista cedida em 10 de janeiro de 2005, na Sede do Programa Sentinela, do Município de Vitória da Conquista.



ALVES, Darci Rodrigues e LEMOS, Lindinalva Rodrigues. *Vitória da Conquista no Universo de Resultados do Censo do IBGE de 2000*. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - PMVC, 2002. Mimeo.

CARDIA, Nancy e ADORNO, Sérgio. “Dilemas do Controle Democrático da Violência: execuções sumárias e grupos de extermínio.” IN: SANTOS, José Vicente Tavares. *Violência em Tempo de Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Ética e Violência*. Londrina, 1998. Mimeo

FALEIROS, Eva T. Silveira e CAMPOS, Josete de Oliveira. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília, 2000. <http://www.cecria.org.br/pub/pub.htm>. Acesso em 2 de novembro de 2004.

MARTINS, José de Souza (org) *Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

PROJETO MUNICIPAL HABITAR BRASIL. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2001. Mimeo.

ROURE, Glacy Q. de. *Vidas Silenciadas: A Violência com Crianças e Adolescentes*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

SILVA, Helena Oliveira da e SILVA, Jailson de Souza. *Análise da Violência Contra a Criança e o Adolescente o Ciclo de Vida no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: Unicef, 2005.

TELLES, Vera da Silva. “Itinerários da Pobreza e da Violência” In: *Revista Sexta-feira* nº 8. São Paulo: Editora 34, 2006.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WACQUANT, Loic. *Os Condenados da Cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.